

“FEMINISMOS: DELAS PARA TODES” - UM ESTUDO SOBRE AS VERTENTES DO MOVIMENTO FEMINISTA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA CONSTRUÇÃO DE UM MATERIAL PEDAGÓGICO

Alicia Palmeira da Silva Santana

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Jucimara Macedo Santana

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

José Miranda Oliveira Júnior

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo fornecer um panorama de um trabalho feito com base na cartilha “Feminismos: delas para todes”, construída em conjunto por alunas do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus Vitória da Conquista, para as disciplinas Metodologia e Prática do Ensino de Ciências Sociais I e Relações Sociais de Gênero. Este trabalho é subdividido em duas partes, sendo que a primeira aborda uma revisão acerca do feminismo e suas divisões que são representadas por três fases, que classificamos como ondas, sendo elas: primeira, segunda e terceira ondas. A segunda parte retrata as vertentes do feminismo, estabelecemos um diálogo que parte em fazer uma breve alusão histórica sobre as vertentes que serão mencionadas ao longo deste artigo. A partir deste material didático e pedagógico, compreendemos a importância de escrever de forma didática para um melhor entendimento por parte dos jovens acerca da temática supracitada.

Palavras chave: Feminismo. Interseccionalidade. Material didático-pedagógico.

INTRODUÇÃO

Este artigo trata de uma adaptação do conteúdo da cartilha “Feminismos: delas para todes” produzida por Alicia Santana, Ana Clara Lebrão, Grazielle Reis, Jucimara Santana e Jussana Vilas Boas, estudantes do curso de Ciências Sociais na Universidade Estadual do

Sudoeste da Bahia. A cartilha em questão foi idealizada e construída como um trabalho de conclusão das disciplinas, Metodologia e Prática do Ensino de Ciências Sociais I e Relações Sociais de Gênero – ministradas, respectivamente, pelo Prof. Me. José Miranda Oliveira Júnior e pela Profa. Dra. Núbia Regina Moreira.

O objetivo do trabalho proposto pelas disciplinas era a construção de um material pedagógico que pudesse ser utilizado como um instrumento didático nas escolas de ensino médio, no qual, pretendia-se fazer com que os/as alunos/as tivessem fácil compreensão a respeito de temas relacionados com educação e gênero e seus desdobramentos. A partir das temáticas escolhidas por cada grupo para a elaboração dos trabalhos, eram escolhidos também o formato que esse trabalho se caracterizaria.

Optamos pela cartilha como um meio que pudesse ser mais acessível para o público alvo e o tema escolhido por nós – como mencionado inicialmente – foi “feminismo”. Contudo, por entendermos que o conceito “feminismo” (no singular) não contempla a todas as correntes filosóficas do movimento feminista, optamos por trabalharmos o conceito no plural, sendo assim, “feminismos”. Desse modo, a cartilha “Feminismos: delas para todes” tinha como objetivo principal chamar atenção a respeito da história do movimento feminista e suas vertentes.

Na primeira parte do trabalho o debate foca na discussão do sujeito mulher e suas conquistas ao longo do tempo. Tais teorizações parte do processo que podemos classificar o que venha a ser feminismo, na sua premissa mais básica o feminismo é um movimento social, cultural e político, historicamente surgiu na Revolução Francesa, na Inglaterra durante o século XX que pregava pela igualdade entre homens e mulheres.

A partir dessa compreensão, destacamos o processo pelo qual pesquisadores e intelectuais da área dividem o feminismo, em três fases, que classificamos como ondas. Inicialmente, o assunto é norteado pela definição da primeira onda. De forma geral, a primeira onda parte no final do século XIX ao início do XX, em conformidade com a Revolução Industrial e a Primeira e Segunda Guerra, na qual a classe proletária composta por mulheres apresentaram suas reivindicações que eram baseadas na igualdade e tinham como enfoque o direito ao voto.

Logo após, apresentamos a segunda onda, que se inicia em meados da década de 50 até a de 90, sendo marcada pela luta contra a opressão do homem sobre a mulher, resultando a essa fase a luta por direitos reprodutivos e a discussão sobre a autonomia com relação a sua

vida e sexualidade. Na terceira onda o contexto foi ilustrado pelo feminismo interseccional, pois, as mulheres identificaram que o movimento era perpassado por questões específicas, isto é, as vivências enfrentadas pela população de mulheres negras eram diferentes daquelas que ocorreram na primeira e segunda onda.

Na segunda parte da cartilha o contexto abordado parte sobre as vertentes do feminismo, que será aprofundado ao decorrer deste artigo. Tal debate das vertentes se faz necessário, pois o movimento feminista ao longo do tempo passou/passa por diversas mudanças. Além disso, entendemos que cada vertente possui seu entendimento, conforme destaca Sabrina Fernandes, doutora em Sociologia,

“Cada vertente tem um entendimento diferente sobre a origem da opressão da mulher e sobre o que precisa ser feito para acabar com essa opressão. Elas falam sobre a luta pela igualdade, sobre os obstáculos no mercado de trabalho, sobre como o patriarcado se solidificou em uma estrutura social que sustenta uma série de pressões contra a mulher, que mesmo sendo diferente, as vertentes podem sim ter pontos em comum” (FERNANDES, 202, p.2).

É importante destacar também que, para abordarmos a respeito do “Feminismo Comunitário”, contamos com a contribuição de uma informante que estuda voluntariamente sobre o tema. Para incluirmos a contribuição da mesma, fizemos uso do Termo de Autorização de uso de imagem e depoimento devidamente assinado pelos demais envolvidos.

Portanto, no presente artigo, falaremos a respeito das vertentes do movimento feminista e as contribuições que a sistematização dessas vertentes trouxeram para o debate político a respeito dos direitos das mulheres e da luta por uma sociedade mais equânime.

FEMINISMO DE CLASSE

No que diz respeito ao feminismo e a luta de classe, o feminismo marxista, dentro desse contexto, é que aborda acerca de gênero/classe com maior objetividade. Nesse sentido, o feminismo marxista, da segunda metade do século XX, faz críticas ao sistema capitalista, pois, acreditam que a teorização de Karl Marx e seus conceitos potencializam a explicação das estruturas pela qual as mulheres são oprimidas e exploradas.

Essa relação do movimento com a corrente marxista transcorre pelo fato de que a sociedade capitalista em seu meio de operação por mais que não inventou a opressão de gênero, apropriou-se desse mecanismo ao seu favor, estabelecendo uma conexão no que diz respeito entre a produção e reprodução social, entre divisão social e sexual do trabalho. Sendo assim, esta vertente questiona o papel do capitalismo e a forma como a propriedade privada potencializa a opressão das mulheres, pois, historicamente o capitalismo constitui uma divisão institucionalizada entre homens e mulheres.

Na perspectiva do movimento feminista marxista as mulheres são oprimidas e exploradas duplamente, sendo estas referente em ser oprimidas como mulher e exploradas como trabalhadoras. Estes pensamentos partem em virtude do patriarcado e o modo de produção, ou seja, a solidificação da dominação do patriarcado sobre as mulheres na esfera pública e privada, controlando seus corpos e posicionamentos no qual o homem detém todo o poder. Por sua vez, o modo de produção doméstico exerce nas mulheres uma coerção na esfera privada, ou melhor, compete à mulher desempenhar todo trabalho sozinha na manutenção do seu lar, como lavar, cozinhar, cuidar dos filhos, idosos etc., além disso, o trabalho doméstico é visto como improdutivo, sendo assim não é reconhecido nem remunerado.

Outra linha de orientação dos estudos das feministas marxista parte no que refere à classe, pois, para as teóricas que estudam esta vertente o gênero não pode ser estudado autonomamente sem levar em consideração a classe e o trabalho. Estas rebatam que por mais que as mulheres conquistaram seus postos diante do mercado de trabalho seus salários e ocupações se encontram em um estágio abaixo em consideração aos homens e até mesmo a algumas mulheres. Neste plano, em relação à classe o movimento parte do postulado entre a conexão entre as mulheres e a classe social que cada uma se encontra, isto é, as mulheres de classe média e alta possuem um plano econômico favorável para que possam trabalhar fora de casa possibilitando assim sua independência econômica.

Em contrapartida, as mulheres de classe baixa encontram-se em uma realidade, na qual, assumem as funções domésticas deixadas pelas mulheres de classe média e alta que saíram para trabalhar, sendo assim, o trabalho passou de uma mulher para outra. Este contraste revela também que essas mulheres que ficam “no lugar”, em sua grande maioria são pobres e negras, traçando assim um paralelo em comparação entre as mulheres brancas e de classe alta e mulheres negras e de classe baixa, evidenciando que, historicamente, a mulher negra e a mulher pobre não tiveram oportunidades em escolhas.

Para Arruzza (2019),

[...] as feministas liberais e radicais tiraram a questão de raça da discussão, priorizando as necessidades das mulheres brancas que querem sair de casa para trabalhar, esquecendo que as necessidades das mulheres negras fogem dessas pequenas questões. [...] A verdade é que, embora todas soframos a opressão misógina na sociedade capitalista, nossa opressão assume diferentes formas (ARRUZZA, 2019, p.81).

A proposta do feminismo marxista vai além da questão do gênero e da classe, privilegia e trata também acerca da violência e exploração doméstica. Incita a conquista da emancipação da mulher que se dará através da queda do capitalismo.

FEMINISMO NEGRO

Djamila Ribeiro em seu artigo “Feminismo Negro para um novo marco civilizatório” chama a atenção para a importância que o feminismo negro trás para o debate político, pois, durante muito tempo as pautas da luta feminista não levavam em consideração as diferenças existentes entre as vivências das mulheres e como essas diferenças se entrecruzavam.

Segundo Ribeiro (2016), “o arcabouço teórico-crítico trazido pelo feminismo negro serve como instrumento para se pensar não apenas sobre as próprias mulheres negras, categoria também diversa, mas também sobre o modelo de sociedade que queremos”, sendo assim, historicamente, o que a luta das mulheres negras trás para o debate a respeito das pautas do movimento feminista é justamente esta crítica acerca da necessidade de compreender que a categoria mulher é perpassada pela “necessidade de se perceber outras possibilidades de ser mulher” (RIBEIRO, 2016), a necessidade de entender que as vivências subjetivas possuem raízes sociais.

No Brasil, o feminismo negro começa a ganhar força nos anos 1980. Segundo Núbia Moreira

[...] a relação das mulheres negras com o movimento feminista se estabelece a partir do III Encontro Feminista Latino-americano ocorrido em Bertioga em 1985, de onde emerge a organização atual de mulheres negras com expressão coletiva com o intuito de adquirir visibilidade política no campo feminista. A partir daí, surgem os primeiros Coletivos de Mulheres Negras. (MOREIRA, 2007, p. 4)

Essa vertente é pautada na luta de mulheres negras por equanimidade, através da Interseccionalidade de gênero, raça e classe, visibilizando seus corpos e subjetividades, que foram silenciados historicamente na sociedade, sobretudo, dentro do próprio movimento feminista, anteriormente constituído por mulheres majoritariamente brancas.

Neste sentido, a autora bell hooks chama a atenção para “as contradições que o feminismo representou, especialmente quando encabeçado por mulheres privilegiadas que se autodeclararam proprietárias do movimento, constituindo o que chama de “feminismo de poder” (HOOKS, 2018, p. 55 apud. FRANCO, 2020, p. 2). Segundo hooks, é de suma importância o feminismo negro para o debate político. Pensar como as opressões se combinam e entrecruzam, gerando outras formas de opressão, é fundamental para se pensar outras possibilidades de existência.

Desta maneira, se faz pertinente falarmos sobre o conceito de interseccionalidade que surge como instrumento para entender as diferentes formas de opressão que perpassam os marcadores sociais como gênero, raça e classe. O uso deste conceito se torna importante tanto para o debate a respeito das pautas levantadas pelo feminismo negro, quanto para outras vertentes que surgem posteriormente como feminismo lésbico negro, transfeminismo entre outras.

O conceito de interseccionalidade aparece pela primeira vez em 1989 estruturado e adotado por Kimberlé Crenshaw, professora de Direito da Universidade da Califórnia e da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos e, também, pesquisadora e teórica feminista. Para Crenshaw, o conceito de interseccionalidade é

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela [interseccionalidade] trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, P. 177 apud. RIOS e SILVA, 2005, p. 19).

Portanto, a abordagem interseccional contribui para a compreensão da influência que os marcadores sociais possuem no movimento feminista e, que as subjetividades não podem ser consideradas isoladamente, dado que estas possuem raízes sociais que influenciam

diretamente na esfera coletiva.

FEMINISMO LÉSBICO

Historicamente, a relação do movimento feminismo com a representatividade lésbica é marcada por fortes tensões no campo político e social. Ao longo do tempo o debate acerca da construção do papel lésbico dentro do movimento feminismo encontrou-se fixado como segundo plano, entendia-se que incorporar as questões das mulheres lésbicas em sua agenda teórica e produções pudessem ser identificadas como lésbica, termo no qual era usado como espectro para desestabilizar e deslegitimar.

O advento do movimento lésbico no cenário político e social parte da invisibilidade que foram vistas e representada no seio do movimento feminista, em virtude deste esquecimento, a participação das mulheres lésbicas tornou-se influente nas décadas de 1970-1980. Tal aparecimento baseava na formação de uma nova construção e revisão acerca da heterossexualidade como instituição e seus direitos ao prazer, sendo assim, as pautas levantadas pretendiam romper com a opressão e subordinação masculina sobre os corpos lésbicos e a desnaturalização da heterossexualidade imposta como a única sexualidade “normal”, a construção de um cenário que evidenciava que a vivência de uma mulher lésbica é diferente da mulher heteronormativa, e por fim o direito ao prazer e de manifestar sua sexualidade perante a sociedade.

A relação do movimento com a heterossexualidade compreende-se através do que podemos chamar “movimento separatista”, esta premissa resulta do questionamento sobre a heterossexualidade compulsória que exerce sobre os corpos femininos. A heterossexualidade é vista como uma instituição social e política que recolhe o poder de decisão da mulher lésbica diante à sua identidade, resultando em um apagamento histórico da sua existência no que refere à sociedade e ao movimento feminista que não “percebem” este aspecto como um agravamento de separação e dominação.

A heterossexualidade obrigatória é entendida como um regime de sexualidade que norteia a vivência da sexualidade e as definições de gênero, como matriz de dominação, e que produz subjetividades, extrapolando a ideia de opção ou orientação sexual. Nesta perspectiva, a heterossexualidade é uma ferramenta política e social, cuja função é subordinar as mulheres aos

homens por distribuir de maneira desigual o poder entre homens e mulheres (Wittig, 1992).

Os efeitos desta não identificação é representado por meio de um discurso resultante da premissa de que a mulher seria núcleos inatos para os homens, estabelecendo assim uma ilusão de que as mulheres naturalmente tinham que pertencer ao padrão pré-estabelecido de que, só podem estar em um relacionamento dito “normal” para a sociedade, ou seja, a interação das trocas de emoções só será possível entre homens e mulheres. Além disso, parte a questão de que mulheres que não apresentam uma aptidão em relação ao homem e não possui um vínculo sexual e emocional estão fadadas a serem apresentadas como, amarguradas perante a figura masculina, deste modo, a sua identidade e afirmação como mulher e lésbica é deslegitimada. Ao longo da história o feminismo lésbico, prega a liberdade de direitos das mulheres, sobretudo, sobre seus corpos no âmbito afetivo, proporcionando uma análise mais crítica sobre a origem e o enraizamento do domínio masculino, e sua naturalização dentro da sociedade. O movimento busca como um ato de resistência, desmistificar a heterossexualidade imposta, sobretudo às mulheres como forma de dominação.

FEMINISMO LÉSBICO NEGRO

Nessa vertente, o conceito de interseccionalidade também faz-se presente. A autora Audre Lorde, busca elucidá-lo a partir das identidades: mulher; lésbica; negra, a fim de mostrar como essa pluralidade mexe com a organização padrão da sociedade.

O feminismo lésbico negro, através do intercruzamento de gênero, sexualidade e raça possibilita a reflexão de que essas mulheres enfrentam maiores riscos de vulnerabilidade, por subvertem a ordem vigente da sociedade em mais de uma posição. Portanto, atribuir um caráter de universalidade às identidades é errôneo, pois, os marcadores sociais como gênero, sexualidade e raça, isoladamente, já sofrem opressão, o que faz com que os indivíduos dentro dessas categorias tenham que lidar com a discriminação enfrentada por estes em comparação as camadas mais privilegiadas da sociedade.

Segundo Santos e Luz (2013),

O caráter universalizante das identidades pressupõe certa “exclusividade mútua”. Ser negro, por exemplo, é uma identidade unificada que contempla a todas as pessoas que pudessem ser excluídas nesse grupo. O mesmo ocorre com as mulheres e com lésbicas. As

características de gênero, raça e sexualidade podem ser associadas para produzir uma identidade aparentemente “autêntica”. Mas essas associações limitam a margem de erro dos estereótipos das identidades e facilita a ocorrência de “falhas” na produção das identidades. (SANTOS LUZ, 2013, p. 7)

Portanto, o entrecruzamento desses marcadores sociais se faz necessário para que haja visibilidade quando se trata do uso do conceito de interseccionalidade dessas categorias como forma de estimular a construção de uma sociedade mais igualitária. A invisibilidade das pautas das mulheres negras e das mulheres lésbicas já são fatores a serem enfrentados mesmo isoladamente, a soma dessas pautas, então, acaba se tornando uma soma de opressões que precisam ser enfrentadas em campo específico da sua experiência social.

TRANSFEMINISMO

A história das pessoas trans é marcada pela clandestinidade e pelo apagamento de sua identidade e suas lutas, em especial das mulheres trans em relação ao movimento feminista. O sujeito mulher trans dentro do movimento dito feminista levanta questionamentos que partem da centralidade da relação de quais corpos, conflitos, e espaço que esse movimento defende, pois, as vivências e reivindicações são diferentes, mas não deixam de ser legítimas.

Dessa forma o debate sobre a participação de pessoas trans em espaços ditos femininos parte da falta de visibilidade e a exclusão dentro do movimento feminista que em sua origem é composto por mulheres cisgênero. Por essa razão o transfeminismo parte de um movimento social e político que visa promover a existência de várias identidades e identificação do sujeito, organizando assim uma frente baseada na luta em prol da autonomia e emancipação, buscando empoderar corpos que estiveram/estão à margem da sociedade.

As mulheres transexuais são invisibilizadas, não só pelo machismo, mas também pelo sexismo, que lhes nega o direito à feminilidade. A inviabilização realiza-se até mesmo dentro do próprio movimento feminista, tendo em vista que algumas feministas, sobretudo da vertente Radical, vão contra o feminismo trans, pois acreditam que as mesmas possuem, ou, em algum momento da vida já usufruíram dos privilégios masculinos, e assim estariam apagando a luta de mulheres cisgênero.

Outro aspecto do movimento trans é a discussão a respeito dos estereótipos que são atributos ao seu sujeito por parte das pessoas cisgênero, boa parte deste debate gira em torno dos conceitos de “masculino” e “feminino”. A crítica ocorre por meio de que se uma pessoa do sexo feminino em seu ambiente social performar certos comportamentos ditos socialmente masculinos, esta não sofrerá nenhuma perda do seu status social, (sem levar em conta a ótica masculina). Por sua vez, a pessoa trans a se “inserir” no universo feminino com posturas e roupas que performam sua feminilidade pode ter sua identidade de mulher deslegitimada.

As mulheres trans em um contexto social não partilham do mesmo tratamento dado às mulheres cis, muito menos as mesmas oportunidades, sendo expostas a violências de todos os tipos, inclusive institucional, quando lutam por direitos básicos, como adequar legalmente o seu registro civil ao nome e ao gênero com o qual se identificam e muitas vezes são rechaçadas pelo judiciário, tendo de se submeterem a arriscadas cirurgias de redesignação genital, ainda que não sintam nenhum tipo de disforia, para que somente após tenham a concessão do direito fundamental à identidade.

Dessa forma o transfeminismo visa desmistificar esses paradigmas e visibilizar essas mulheres, dando-lhes voz na luta por uma vida mais digna e igualitária.

FEMINISMO COMUNITÁRIO: RESISTÊNCIA LATINO-AMERICANA

Para falar dessa vertente, convidamos uma informante que estuda sobre o tema voluntariamente e destacaremos a contribuição dada pela mesma. Segundo a informante supracitada:

“Na década de 90 algumas mulheres bolivianas se organizaram politicamente em prol da discussão acerca dos direitos referentes à elas e suas comunidades, assim, formou-se o grupo MujeresCreandoComunidad. O grupo desenvolveu um importante trabalho na esfera política e social, e com isso, em 2003 no contexto de luta contra as práticas neoliberais que buscavam a privatização da água e do gás – prejudicando especialmente as comunidades menos favorecidas economicamente e as comunidades indígenas – as mulheres integrantes do grupo decidiram criar o feminismo comunitário.

O feminismo comunitário é um movimento autônomo e genuinamente latino-americano, ou seja, não é uma vertente do feminismo tradicional que surgiu após a Revolução Francesa em 1789, por isso se propõe a pensar as questões referentes às mulheres latino-

americanas e se distancia do feminismo ocidental, buscando dar visibilidade às lutas das mulheres que nunca foram oficialmente incluídas nesse movimento feminista. Além disso, muito antes do movimento feminista ocidental surgir, as mulheres dos povos originários já se rebelavam contra as opressões em todo o território de AbyaYala (América Latina). Pois, segundo as feministas comunitárias mesmo antes da colonização, o patriarcado já existia e atuava nas nossas comunidades, ou seja, existem duas dimensões do patriarcado: um patriarcado pré-colonial e outro pós-colonial (ocidental).

Para o feminismo comunitário, o patriarcado é o sistema responsável por todas as opressões e violências que afetam a humanidade e a natureza, mas, historicamente, esse sistema é construído especificamente sobre os corpos das mulheres. Para Julieta Paredes, ativista boliviana e umas das fundadoras do movimento, “o feminismo comunitário é a luta de qualquer mulher, em qualquer parte do mundo, em qualquer tempo da história, que luta e se rebela contra um patriarcado que a oprime ou pretende oprimir”. (PAREDES, p.76, 2010).

Assim, o que se pretende é a destruição do patriarcado – em suas diferentes dimensões – e de seu grande aliado que é o neoliberalismo. Pois, sabe-se que a partir da década de 80 a onda neoliberal avançou sobre a América Latina deixando seu rastro de opressão social, exploração dos recursos naturais e apropriação das causas sociais objetivando a manutenção da sua lógica política/econômica, e, com isso, legitimando o sistema de opressões patriarcais. Dito isso, o feminismo comunitário se apresenta enquanto um movimento despatriarcal, decolonial e antineoliberalismo.

Além disso, um dos principais compromissos firmados pelo feminismo comunitário diz respeito à comunidade, que aqui é entendida como a esfera social composta por todas, todos e todes. Na comunidade não devem existir grupos, separações, etc. todos os “problemas” devem ser discutidos coletivamente, e conseqüentemente, a luta deve ser pela construção dos direitos coletivos, não os individuais. Arelada à ideia de comunidade se encontra o compromisso com a natureza, compreendendo que esta, por sua vez, é a mãe de todos os seres – Pachamama- e como tal merece respeito e cuidado, afinal, todos dependem dela para viver plenamente”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs, como objetivo geral, relatar brevemente a experiência adquirida na construção da cartilha "Feminismos: delas para todes" e, a partir disso, demonstrar a importância da história da luta feminista. É importante destacar que apresentamos as características das vertentes feministas, pois, acreditamos que falar das especificidades das pautas defendidas por estas anula o aspecto ilusório do caráter universalizante da categoria "mulher", visto que, cada mulher é perpassada por vivências específicas que quando pensadas coletivamente, demonstram suas raízes no plano social.

Ao falarmos sobre as vertentes, podemos perceber que estas foram sendo construídas ao longo dessa percepção do movimento a respeito das necessidades identificadas a partir da experiência social das mulheres e, por considerarmos uma temática abordada sem tanto aprofundamento nas salas de aulas, consideramos pertinente a construção de um material pedagógico voltado para este conteúdo. Além disso, acreditamos que estudar e difundir o Feminismo, é acreditar que através desse, possamos dar voz à mulher invisibilizada e entender que a luta das mulheres do passado ainda continua sendo a nossa luta. Uma luta por equiparidade entre homens e mulheres, por nossa emancipação perante a sociedade, uma emancipação tanto social quanto política.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

ALVES, Hailey; JESUS, Jaqueline Gomes. **Feminismo transgênero e movimento de mulheres transexuais**. Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN, v. 11 n. 2, 2010

COSTA. Jussara Carneiro; SOARES, Gilberta Santos. **Movimento lésbico e movimento Feminista no Brasil: recuperando encontros e desencontros**, 2012

FRANCO, Luciele Mariel. **Todo mundo pode escolher o feminismo: o convite de bell hooks**. Revista Internacional Inteerdisciplinar INTERthesis, Florianópolis, v. 17 p. 01-07, Jan/dez, 2020.

MOREIRA, Núbia Regina. **Feminismo Negro Brasileiro: Igualdade, Diferença e Representação**. Caxambu/MG. Outubro, 2007.

NÓBREGA, Lígia; SANTOS, Elisabete. **Ensaio sobre o feminismo marxista socialista**, **Revista de Humanidade**, 2004.

PAREDES, Juliana. **Hilando Fino Desde el Feminismo Comunitário**. 2008-2010. Disponível em: <https://sjlatinoamerica.files.wordpress.com/2013/06/paredes-julieta-hilando-fino--desde-el-feminismo-comunitario.pdf>

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Tradução de Carlos Guilherme do Valle. Rio Grande do Norte. Revista Bagoas, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **Feminismo negro para um novo marco civilizatório**. Sur. 24 – v.13, n.24. p. 99 – 104, 2016.

SANTANA, Alcília; LEBRÃO, Ana Clara; REIS, Grazielle; SANTANA, Jucimara; BOAS, Jussana Vilas. **Feminismos: delas para todes**. Vitória da Conquista, 2020, p.11. Disponível em: [@CA.CiSo.UESB](https://www.instagram.com/CA.CiSo.UESB/).

SANTOS, Ana; LUZ, Robenilton. **Lésbicas Mulheres Negras: Crise de Representação a partir das suas múltiplas identidades**. Fortaleza – CE, 2013.

SILVA, Rodrigo da; RIOS, Roger Raupp. **Discriminação múltipla e discriminação interseccional: aportes do feminismo negro e do direito da antidiscriminação**. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 16. Brasília, janeiro – abril, p. 11-37, 2015.

Sítios

<https://cientistasfeministas.wordpress.com/2015/07/31/feminismos-o-feminismo-marxista/>

<https://fermentofeminista.medium.com/o-feminismo-marxista-e-a-liberta%C3%A7%C3%A3o-de-mulheres-e-oprimidos-c2cff2adea97>

<https://naomekahlo.com/a-urgencia-do-feminismo-marxista-na-sociedade/>

<https://www.hypeness.com.br/2021/03/o-que-e-feminismo-e-quais-as-suas-principais-vertentes/>

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/371874/mod_resource/content/0/Encontro%206%20-%2000-que-%C3%A9-Transfeminismo.pdf

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Alicia Palmeira da Silva Santana

Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Brasil; alicia.santana.37.as@gmail.com

Jucimara Macedo Santana



Graduanda em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) -
Brasil;

Jucimara.santana04@gmail.com

Jose Miranda Oliveira Junior

Mestre em Educação, UESB, Brasil, membro do grupo de pesquisa “Sociologia das políticas
curriculares: uma leitura a partir da Teoria do Discurso”

jose.junior@uesb.edu.br